TOPONÍMIA E CULTURA

Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick *

RESUMO

“O objetivo deste artigo é analisar a origem dos estudos toponímicos, assim como as suas atuais tendências em diversas regiões, especialmente no Brasil. Examina também a problemática relativa aos arquétipos toponímicos, expressões padronizadas ou comuns às nomenclaturas geográficas, e às variáveis toponímicas, produtos da cosmovisão de um povo.”

Toponímia — Origem dos estudos toponímicos — Arquétipos toponímicos. Variáveis toponímicas — Cosmovisão do povo

O aparecimento da Toponímia como um corpo disciplinar sistematizado ocorreu na Europa, mais particularmente na França, por volta de 1878, quando Auguste Longnon introduziu os seus estudos, em caráter regular, na École Pratique des Hautes Études e no Colégio de França. Do curso então ministrado, seus alunos publicaram, postumamente, após 1912, a obra que se chamou *Les noms de lieu de la France*, considerada clássica para o conhecimento da nomenclatura dos lugares habitados.

Mais tarde, em 1922, Albert Dauzat retomou os estudos onomásticos interrompidos com a morte de Longnon, em uma de suas conferências, na mesma École Pratique, fundando, uma década depois, a *Révue des Études Anciennes*, onde fez publicar uma “Chronique de Toponymie”, “com uma bibliografia crítica, região por região, das fontes e dos trabalhos” já publicados, desde que historiadores, geógrafos e lingüis-

Prof.^a Assist. Dra. de Toponímia do Depart. de Letras Clássicas e Vernáculas — FFLCH — USP.

tas europeus incluíam, em seus ensaios, pesquisas sobre nomes antigos de lugares (cf. Quicherat, medievalista; D'Arbois de Jubainville, estudioso do celta; George Dottin, do gaulês; Camille Julian, historiador; Antoine Thomas, etimologista; Paul Joanne, autor do *Dictionnaire Géographique de France*, entre outros).

Em 1938, Dauzat organizou o *I Congresso Internacional de Toponímia e Antroponímia*, com a participação de vinte e um países, cujas resoluções práticas podem ser assim resumidas: a — realização periódica de Congressos Internacionais de Toponímia e Antroponímia; b — organização de uma Sociedade Internacional de Toponímia e Antroponímia; c — criação, nos países que não o possuísem, de departamentos oficiais para a elaboração de glossários de nomenclatura geográfica; d — sistematização dos processos de pesquisa. Este último item talvez se constitua na parte mais importante a se ressaltar no conjunto todo, porque traça normas a serem seguidas pelos pesquisadores, não só no trabalho de superfície como naqueles que já objetivam sínteses baseadas em dados mais sólidos da história, da geografia e da língua regionais.

Na América Setentrional, Estados Unidos e Canadá pontificam como expoentes dos estudos toponímicos atuais, através da atuação de diversos estudiosos e de órgãos especializados. Assim é que a revista *Names*, publicação oficial da American Name Society, fundada em Detroit, 1951, tem como alguns de seus objetivos, "o estudo da etimologia, origem, significado e aplicação de todas as categorias de nome: geográfico, pessoal, científico, comercial e popular, e a divulgação desses resultados", assim como "tornar o povo americano consciente do interesse e da importância dos nomes em todos os campos do saber humano e em todas as disciplinas ministradas nas escolas e em colégios". Um de seus mais preciosos colaboradores, de renome mundial, é George Stewart, autor, entre outros trabalhos de *Names of the land* e de "A classification of place names", onde enfoca os meios ou mecanismos pelos quais os lugares são nomeados, apontando, deles, nove categorias discriminativas ¹.

Conta o Canadá, desde 1966, com um Grupo de Estudos de Corponímia e de Terminologia Geográfica, associado ao Departamento de Geografia da Universidade Laval, Québec, mas "aberto a todos os pesquisadores, de todas as disciplinas, notadamente a lingüística, a história e a antropologia". Através das publicações desse órgão, pode-se perceber a amplitude das questões toponímicas abordadas e a seriedade das pesquisas desenvolvidas nesse campo. Em artigo de 1966, Henri Dorion e Louis Hamelin propuseram a substituição terminológica da disciplina por uma outra denominação, mais abrangente, segundo seu entendimento. "Por englobar uma gama mais extensa de fenômenos e um campo mais amplo de pesquisas", como a análise de diferentes partes do espaço terrestre, extraterrestre e submarino, além dos nomes de estabelecimentos comerciais e de ensino e de edifícios residenciais, se-

1) *Names*, II(1), março 1954: 1-13

ria mais adequado defini-la por Coronímia, termo registrado, a título de sugestão, pela *II Conferência das Nações Unidas para Normalização e Padronização dos Nomes Geográficos (1972)*².

Na Europa russa, Pospelov, fazendo uma retrospectiva da Toponímia na União Soviética, depois de lhe apontar o caráter de produção maciça atual, cita três modelos de "orientações temáticas", seguidos pelos pesquisadores: a — problemas gerais da teoria toponímica e dos métodos de pesquisa geográfica; b — os nomes geográficos da URSS e c — os nomes geográficos de países estrangeiros, salientando, entre os centros lingüísticos existentes, o papel desenvolvido pelo Instituto de Lingüística da Academia de Ciências da Ucrânia e pela Sociedade Geográfica Russa, onde funcionam onze Comissões Toponímicas nos seus organismos locais³.

Os Congressos de Onomástica, idealizados por Dauzat, vêm sendo realizados com regularidade, em diferentes regiões. Para se ter uma idéia da diversidade dos assuntos discutidos, no que respeita a alguns países e a algumas temáticas, citem-se alguns dentre eles, tomando-se como base o *Terceiro Congresso Internacional de Toponímia e Antroponímia*, em Bruxelas (1949), e o *Oitavo*, realizado em Haia (1966). Assim, da *África*: problemas dos antropônimos cristãos (Marcel Cohen, Paris); forma para registro dos topônimos africanos, levando-se em conta um sistema comum de notação em razão da heterogeneidade lingüística e romanização da Toponímia (Jack Beny, School of Oriental and African Studies, Universidade de Londres); apanhado geral sobre toponímia bérbere no Saara Ocidental (Vicente Monteil, Paris); toponímia marroquina (grafia, Charles Pellet, Paris); formação dos nomes tribais dos berberêfones do Marrocos (Arsène Roux, Instituto de Altos Estudos Marroquinos, Rabat). da *Rússia*: estrutura dos nomes de família russos (O. Unbegaum, Universidade de Strasbourg); deformação russa em sobrenomes ucranianos (Uar Slavutych). Da *China*: antropônimos em Formosa (Wolfgang Bauer). Da *Turquia*: influência dos topônimos da Ásia-Média sobre a Ásia-Menor, em razão da migração (Mehemet Erüz); toponímia e vida social em Istambul (Amiran Kurtkan).

No Brasil, a participação de especialistas em estudos toponímicos foi levantada por Levy Cardoso, pondo em evidência o caráter praticamente histórico das publicações, de preferência voltados para a lexicologia indígena, ele próprio um especialista nos topônimos brasileiros da Amazônia, notadamente os de origem caribe e aruaque. Deixa claro, porém, que "um plano sistematizado, que abranja, em seu estudo, as diversas zonas do nosso território, ainda não foi tentado realmente no Brasil", o que só seria possível mediante "auxílio e colaboração oficiais", através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Apesar dessas constatações, não deixa de ressaltar o papel e o valor da obra que considera "clássica" para a Toponímia brasileira, qual seja *O Tupi na geografia nacional*, de Theodoro Sampaio, pelas razões que enume-

2) "De la toponymie traditionnelle à une choronymie totale", p. 195-212

3) "La Toponymie en URSS", p. 242-243

ra: "pela criteriosa análise a que foram submetidos todos os vocábulos, pela profundidade dos conhecimentos tupis, pela seriedade de suas investigações, para cujo resultado não faltaram nem as leituras das crônicas antigas e das antigas relações de viagens, nem a consulta ao elemento histórico, a fim de descobrir a verdadeira grafia primitiva dos vocábulos, para a perfeita elucidação de seu sentido e a rigorosa determinação de sua etimologia"⁴.

Carlos Drumond, por sua vez, dá destaque, na *Contribuição do Bororo à toponímia brasileira*⁵, à posição da Toponímia no Brasil, tradicionalmente incorporando realizações assistemáticas, mais a título de curiosidade, sem métodos apropriados, visando, em sua grande maioria, pôr em destaque a ocorrência dos nomes de origem tupi, para concluir que, em face dessas evidências, "na realidade, não possuímos, ainda, toponimistas".

De fato, a Toponímia, como disciplina científica, e em função de uma estrutura curricular, oficial, integrada à Faculdade de Letras, continua a ser ministrada, regularmente, em termos de território brasileiro, apenas na Universidade de São Paulo, sem contar, porém, para suas pesquisas, com o apoio de quaisquer outros órgãos governamentais. O espírito científico que anima os integrantes da área, acompanhando a metodologia sugerida por Drumond, tem conseguido, entretanto, superar essas dificuldades, permitindo o prosseguimento de uma tarefa que longe está de se ver concluída, mas que já deixou seus reflexos em outros setores da Orientalística, por exemplo, como em Armênio e em Árabe, que contam, hoje, com trabalhos e teses no campo toponomástico.

A nomeação dos lugares sempre foi atividade exercida pelo homem, desde os primeiros tempos alcançados pela memória humana. Obras antigas da história e da civilização mundiais colocam essa prática como costumeira, ainda que distinta, em certos pontos, do processo denominativo vivido modernamente.

O livro sagrado dos cristãos reflete uma coletânea singular de nomes, topônimos e antropônimos dos mais antigos noticiados, segundo a cosmovisão dos primitivos hebreus.

Nos versículos iniciais do *Gênesis*, por exemplo, despontam acidentes geográficos, nomes de rios, os primeiros conhecidos, com suas nascentes no jardim que se chamou do Éden (do *hebraico*, "delícia, lugar de delícias"), situado na banda do Oriente, e designados como Píson, Giom, Tigre e Eufrates; destes, o terceiro "corre pelo oriente da Assíria", diz a Bíblia, os dois primeiros circundando, respectivamente, "as terras de Havilá e de Cuxe", que corporificam lexemas antropônimos e não toponímicos, como pode sugerir o entendimento contemporâneo. Nos tempos históricos, sabe-se que os lugares tomavam os nomes dos seus possuidores, numa valorização do indivíduo sobre a terra e o solo. Essa modalidade designativa se conservou por toda a An-

4) *Toponímia Brasileira*, p. 315 e 323

5) DRUMOND, *ibidem*, p. 13-14

tigüidade, diz Dauzat, "até muito mais tarde entre as nações germânicas", quando as nações e territórios se formavam por derivação do nome dos habitantes, assim: Hispânia, "terra dos hispânicos", Gália, "terra dos gauleses", Itália, "terra dos itálos", Germânia, "terra dos germânicos" etc.; a partir da época feudal, há uma inversão, "os nomes dos habitantes dos territórios novamente formados são todos derivados dos topônimos correspondentes", de acordo com "a concepção feudal do homem atado à terra"⁶.

Quando, no *Gêneses*, os animais da terra vêm à presença do primeiro homem para que este os denomine, estava se configurando, nesse momento, através do ato denominativo, a posse intelectual de uma espécie sobre as outras, através da manifestação simbólica da linguagem; o "dar nomes" e o "conhecer os nomes dados", para os primitivos em geral, tinha, realmente, uma conotação própria, porque pressupunha toda uma recorrência ao mecanismo de domínio do ente, cujo nome de batismo, o primeiro, clânico, por certo, se tornava público.

George Stewart, a respeito da passagem bíblica citada, mostra que, na hipótese, não ocorreu a distinção feita desde os clássicos até os lógicos, a respeito das diferenças significativas entre nome comum e próprio, porque "cada animal, macho ou fêmea, era único no seu gênero", sucedendo-se, assim, uma interpenetração dos respectivos campos de atuação das duas categorias gramaticais⁷. Stuart Mill, com efeito, em seu *Sistema de Lógica*, mostra a diferença de critérios entre elas: enquanto o nome próprio se define pelo que chamou de função de identificação ou designativa, os nomes comuns corporificam uma função significativa ou conotativa: quer isto dizer que o nome próprio (igual a topônimo e/ou antropônimo) não participa de um universo de significação porque é "opaco", vazio de sentido, empregado sempre como referencial, sem relação com a primitiva etimologia, o que não acontece com o substantivo comum, cuja significância é transparente.

Observando os diferentes sistemas culturais, em que topônimos, ou nomes próprios de lugares, se inscrevem como instrumentos hábeis de pesquisa, verifica-se que o sentido desses denominativos é o ponto de partida para investigações que, se, antes, se definiam apenas como lingüísticas, hoje se inscrevem, também, nos campos da geografia, da antropologia, da psicossociologia, enfim, da cultura em geral para, num aprofundamento, procurar compreender a própria mentalidade do denominador, não só como elemento isolado, mas como projeção de seu grupo social.

Analisando antigas expressões onomásticas gregas, insertas em obras clássicas, Stewart, confrontando-as com as dos hebreus, concluiu que os primeiros, apesar do sistema geral de sua civilização, aceitavam, genericamente, as denominações existentes nos novos locais por eles visitados ou conquistados; as fontes motivadoras empregadas,

6) *Les noms de lieux*, p. 185 e 191

7) "And Adam gave names." *Names*, VI(I), março 1958

quando delas faziam uso, pertenciam ao campo antroponímico, ou diziam respeito a "acidentes envolvendo essas pessoas"⁸.

Este princípio, lembra o autor, não seria, porém, universal, porque povos conquistadores preferem a atitude oposta, substituindo os nomes por eles denominados "bárbaros" por aqueles de seus próprios países, ou "civilizados". Os hebreus, segundo Stewart, "pensaram" nos nomes de maneira diferente, alterando as primitivas designações dos lugares para denominá-los de acordo com o nome de seu descobridor e/ou conquistador — Jerusalém, diz ele, era, às vezes, conhecida como "cidade de David", depois que este a conquistou — mas buscando, na maioria das vezes, uma explicação causal, justificada: em *Gêneses*, 35, o topônimo Alóm-Bacute, para o autor, quer dizer "carvalho de pranto", porque aí foi sepultada Débora, ama de Rebeca, mulher de Isaac.

Outros grupos humanos apresentam *variáveis culturais* definidas, com certeza, pela cosmovisão que os anima, a qual, porém, só pode ser apreendida, na totalidade, através de estudos mais aprofundados de seu contexto histórico-social e psicológico.

A China, por exemplo, explicita J.E.Spencer, tem vários nomes para seus acidentes geográficos, a mudança ocorrendo de uma dinastia para outra, ou dentro das próprias dinastias, dificilmente indicando, todavia, essas mudanças, "influência cultural de outras partes do mundo."⁹

Na Rússia, três momentos toponímicos se escalonaram na formação de seus aglomerados humanos: no início do século XVIII, o elemento morfológico *-bourg*, de origem germânica, parecia iniciar uma série através da denominação da nova capital, Saint-Peterbourg, mas que se acabou esgotando em si mesmo, ao ser sucedido pelo que Unbegaun chama de "moda grega", isto é, compostos em *-pol*, lexema oriundo da *polis* helênica, através de topônimos como Nikopol (1781), Sebastopol (1784), Stavropol (1777), Ovidiopol (1793), a qual persistiu até o reinado de Catarina II. Substituída, depois, pelo formante *-grad*, de origem eslava, surgiram, paulatinamente, Leningrad, Stalingrad, Vorochilovgrad. Para o autor, *-grad* incorpora o mesmo sentido da *ville* francesa, surgida na toponímia com os francos, no início da era cristã. Mas a diferença que se estabelece entre ambos consiste no fato de a *ville* de França ser uma forma livre, independente, enquanto *-grad* é uma forma presa ou mera desinência topomorfológica, ainda que indicadora de "povoação". No mesmo sentido de *ville*, o russo conhece *gorod*, que corporifica a terceira tendência onomástica, já existente antes mesmo do século XVIII, ilustrando topônimos como Novgorod ("cidade nova"), Belgorod ("cidade branca")¹⁰. Essas manifestações lingüísticas também consubstanciam tendências sócio-culturais ligadas a determinadas épocas ou períodos em que o país passava por fases de acomodações a modelos europeizantes.

8) STEWART, *Ibidem*

9) Cf. "Chinese names and the appreciation of geographic realities", 1941

10) "La mode dans la toponymie russe", p. 114-115

Relativamente ao Brasil, é fora de dúvida que o estudo toponímico comporta considerações referentes não só aos nomes de origem portuguesa como aos dos dois outros adstratos lingüísticos coexistentes desde os primeiros momentos de nossa história, o indígena e o africano, além do moderno contingente de nomes resultantes da imigração européia. Em cada uma dessas camadas línguo-toponomásticas, uma tendência motivadora própria pode ser apontada, característica do elemento humano que as define, conforme se pôde demonstrar, em oportunidades anteriores.

Como afirmava Theodoro Sampaio, o indígena fazia uso, globalmente, de elementos descritivos do seu ambiente — e, completamos, empregando a terminologia de Stewart, não apenas dos descritivos puros mas também dos descritivos associativos — porque portador de uma visão prática e objetiva, decorrente de seu íntimo contacto com o meio ambiente. Se cotejarmos, entretanto, o seu sistema denominativo com o do branco e, depois, confrontarmos os resultados com outros grupos, de outras nacionalidades, certamente notaremos o aparecimento de designações comuns, do ponto de vista da visualização dos locais, que constituem o que chamamos de *arquétipos toponímicos*. Seriam estas expressões padrões, que traduzem ou enfocam o mesmo ângulo em relação à caracterização dos acidentes geográficos. Assim, os diversos sistemas toponímicos apresentam expressões que significam, em seu universo onomástico, o mesmo fato, ou traduzem uma condição semelhante.

Acidentes físicos geralmente se definiam pelo próprio termo comum — pelo menos foi assim em determinadas épocas —, ou seja, o termo genérico do conjunto toponímico incorpora o mesmo sentido do termo específico. Dessa forma, o “rio”, o “mar”, o “lago”, o “morro”, a “montanha”, o “vale”, geraram topônimos, no Brasil, como Paraná, Pará, Guiêni, Paru ou, em outros idiomas, Don, Tchou e Kama (“rios”, em russo), Tchad (“lago”), Ybytyra (o “morro”, a “altitude”), Nilo (“vale”), Djebel (“montanha”, bérbere), Adrar n’Deren (“a montanha das montanhas”), Agadir (“escarpa”, bérbere)¹¹.

As cidades, novas e velhas, assim como as vilas, originaram, também, topônimos como Cidade (BA), Cidade Alegre (RS), Vila Nova, Vila Velha (AM e MA, respectivamente), Villeneuve, Villevieille, Newtown, Tadert (“a cidade”, bérbere), Tirhemt (“a pequena cidadela”, bérbere), Meca (“cidade”), Cartago (“cidade nova”, dos antigos fenícios).

As *variáveis toponímicas* brasileiras podem ser completadas em sua investigação, sob o ângulo, por exemplo, das categorias taxonômicas¹², que levam em conta os aspectos motivadores registrados pelos nomes de lugar, e do ponto de vista das chamadas “regiões culturais”, analisadas por nós, segundo o critério proposto por Manuel

11) Para melhor conhecimento da toponímia bérbere da África do Norte, cf. SCHNEPH, Ralph — “Les contacts choronymiques en Afrique du Nord”, p. 180 e ss.

12) DICK, Maria Vicentina de P. do Amaral — “O problema das taxonomias toponímicas. Uma contribuição metodológica”, p. 373-380

Diègues Júnior, relativo às influências do meio geográfico, combinadas com a formação histórica do homem do Brasil¹³.

Por outro lado, os ciclos econômicos brasileiros também ensejam, de permeio a este critério cultural, um aprofundamento de pesquisa, desde que marcaram as condições de vida do País, em épocas determinadas. Note-se, assim, para exemplificar, que já o primeiro deles, o do pau-brasil, bastante recuado no tempo, quando no território ainda não havia sido iniciada a conquista efetiva do solo, e se vivia sob o domínio apenas das feitorias, consegue, apesar disso, impor a sua presença na nomenclatura, com poucos nomes, é verdade — pelo menos na fonte de que nos servimos, qual seja, o *Índice dos topônimos contidos na Carta do Brasil 1:1.000.00*, do IBGE —, mas que não deixam de ser significativos; assinale-se, ademais, que a espécie vegetal incide toponimicamente apenas em áreas específicas de sua ocorrência, desde que pau-brasil surge como acidente humano no Espírito Santo e na Bahia, além de em um rio neste Estado. A correspondente indígena, a *ibirapitanga* dos Tupis, também se inscreve como acidente humano ou antrópico no Estado da Bahia, ocorrendo, todavia, a variante Ibirapuitã (acidente humano e rio) no Rio Grande do Sul, além do rio Ibirapuitã Chico, nessa espacialidade¹⁴. O topônimo Feitoria, por sua vez, cuja forma vocabular está muito ligada à referida atividade comercial quinhestista, aparece nos Estados do Pará, Pernambuco e Piauí, como acidentes culturais e em um arroio gaúcho. Para se vincular, porém, o designativo à época econômica do pau-brasil, seria preciso, antes, se proceder a uma pesquisa relativa à origem do onomástico ou às suas condicionantes principais, bem como ao período de seu aparecimento nas regiões enfocadas. Fica, entretanto, o registro, para um exame futuro mais acurado¹⁵.

As considerações aqui trazidas devem ser interpretadas como sugestões para possíveis estudos circunstanciais da nomenclatura geográfica, em suas repartições areais. Uma análise contrastiva dos diferentes agrupamentos humanos, em função toponomástica, poderá ser realizada, mesmo em relação ao português. Reflita-se, por exemplo, que influências asiáticas no sistema onomástico brasileiro serão difíceis de ser constatadas em macrotoponímia, excetuando-se, apenas, alguns poucos grupos provenientes de movimentos imigratórios. Assim mesmo, dos que aqui chegaram, como japoneses, chineses, libaneses, russos e, mais recentemente, coreanos, poucos nomes poderão ser-lhes condicionados, tendo em vista a cronologia das formações toponímicas do País. De qualquer forma, acreditamos serem válidas as observações re-

13) *Regiões culturais do Brasil*, 1960

14) Este *Chico* é a forma que, no sul, se emprega, em alguns topônimos, para o diminutivo, equivalendo ao *-zinho* ou *-inho* do português ou ao *mirim* e *-im* do tupi.

15) A exemplificação relativa aos ciclos econômicos do açúcar, da mineração e do pastoreio já foi por nós enfocada, é verdade que sob outras perspectivas, quando analisamos a ocorrência dos litotopônimos, dos zootopônimos e dos fitotopônimos, no Brasil, razão por que não a transcreveremos aqui, deixando a matéria para um estudo mais aprofundado, em outra oportunidade. (Cf. *A motivação toponímica. Tese de Doutorado*. Ed. mimeografada. USP, 1980).

lativas às *variáveis toponímicas*, que conformam cada sistema denominativo numa relação opositiva aos *arquétipos toponímicos ou formas comuns motivadoras*, que deveriam ser analisados, pelas similitudes, de maneira mais aprofundada, nas diversas áreas de ocorrência, para o que já estamos coletando dados referenciais.

BIBLIOGRAFIA

- 1) DAUZAT, Albert — *Les noms de lieux*. Paris, Delagrave, 1932
- 2) DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral — “A motivação toponímica. Princípios teóricos e modelos taxenômicos.” *Tese de Doutorado*, Ed. mimeografada. USP, 1980.
- 3) DIÉGUES, Júnior — Manuel — *Regiões culturais do Brasil*. R. Janeiro, Inst. Nacion. de Est. Pedagóg., 1960.
- 4) DORION, Henri e HAMELIN, Louis — “De la toponymie traditionnelle à une choronymie totale.” *Cahiers de Géographie de Québec*. Québec, Les Presses de l’Université Laval, 10 (20), setembro 1966.
- 5) DRUMOND, Carlos — *Contribuição do Bororó à toponímia brasileira*. S. Paulo, Edit. da Univ. de S. Paulo, 1965.
- 6) LEVY CARDOSO, Armando — *Toponímia brasileira*. R. Janeiro, Bibliot. do Exérc. Edit., 1961.
- 7) POSPELOV, E.M. — “La toponymie en URSS.” *Cahiers de géographie de Québec*. Québec, 10 (20), set. 1966.
- 8) SCHNEPF, Ralph — “Les contacts choronymiques en Afrique du Nord.” IN: DORION, Henri e MORISSONEAU, Christian — *Les noms de lieux et le contact des langues. Place-names and language contact*. Québec, Les Presses de l’Université Laval, 1972.
- 9) STEWART, George R. — “A classification of place names.” *Names*, Berkeley, II (1), março 1954.
— “And Adam gave names.” *Names*, VI (1), março 1958.
- 10) UNBEGAUN, O.B. — “La mode dans la toponymie russe.” *Onomastica*. Publ. trim. maio, junho, setembro, dezembro. Paris, 2(2):113-116, junho 1948.
- 11) VANZOLINI, P.E. e PAPAVERO, N. — *Índice dos topônimos contidos na Carta do Brasil 1:1.000.000*. S. Paulo, I.B.C.E. — FAPESP, 1968.

SUMMARY

“The purpose of this paper is to analyse the origin of toponimic studies as well as their present tendency in several countries, especially in Brazil. It also aims at raising questions concerning toponimic archetypes, geographic nomenclatures and the clichés referring to them as well as the toponimic variables which are a product of a people’s cosmovision.”

Keywords:

origin of toponimic studies, the toponimic studies in Brazil, toponimic archetypes, toponimic variables, people’s cosmovision.